


1

Reunião extraordinária

Data: 2023-11-30

Início: 09.39 horas

Local: Cidade de Tomar, no Salão Nobre do edifício dos Paços do Concelho

Termo: 11.55 horas

Presenças:

Presidente	Hugo Renato Ferreira Cristóvão
Vereadores	Maria de Lurdes Ferromau Fernandes
	Filipa Alexandra Ferreira Fernandes
	Tiago Manuel Henriques Ferreira Carrão
	Hélder Duarte Henriques
	Luís António Antunes Francisco
	Rita Freitas da Cunha

Secretária da reunião – Avelina Maria Lopes Leal

Da Ordem do Dia constavam os seguintes assuntos:-----

N.º 01 – PRIMEIRA REVISÃO ÀS GRANDES OPÇÕES DO PLANO E ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE TOMAR PARA O ANO DE 2023 (561/PGEN/DF/2023 - 2/ORC/DF/2022) ----

N.º 02 – GRANDES OPÇÕES DO PLANO, ORÇAMENTO E MAPA DE PESSOAL DO MUNICÍPIO DE TOMAR PARA O ANO DE 2024 (560/PGEN/DF/2023 - 2/ORC/DF/2023) ----

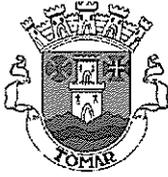
N.º 03 – AUTORIZAÇÃO PARA REALIZAÇÃO DE DESPESAS PLURIANUAIS NO ANO ECONÓMICO DE 2024 – DELEGAÇÃO NO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE COMPETÊNCIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL (558/PGEN/DF/2023)-----

N.º 04 – TAXA DE IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE IMÓVEIS (IMI) PARA APLICAÇÃO NO ANO 2024 (556/PGEN/DF/2023)-----

N.º 05 – TAXA DE DERRAMA PARA APLICAÇÃO NO ANO 2024 (524/PGEN/DF/2023 - 1/PINF/DF/2023) -----

N.º 06 – TAXA DE PARTICIPAÇÃO VARIÁVEL NO IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO DAS PESSOAS SINGULARES (IRS) PARA OS RENDIMENTOS DE 2024 (526/PGEN/DF/2023 - 1/PINF/DF/2023)-----

N.º 07 – TAXA MUNICIPAL DE DIREITOS DE PASSAGEM PARA O ANO 2024 (520/PGEN/DF/2023 - 1/PINF/DF/2023)-----



2

N.º 08 – DESCENTRALIZAÇÃO DE COMPETÊNCIAS NO DOMÍNIO DA SAÚDE – RATIFICAÇÃO DO AUTO DE TRANSFERÊNCIA (85/PPRC/PR/2023) -----

DIVISÃO DE ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS: -----

N.º 09 – LICENCIAMENTO DE PUBLICIDADE OCASIONAL – Associação Cultural, Recreativa e Social da Venda Nova (63/PUBO/DAJA/2023 - 1/PUBLI/DAJA/2023) -----

Sendo nove horas e trinta e nove minutos, o Sr. Presidente declarou aberta a reunião passando a Câmara a deliberar de acordo com a Ordem do Dia: -----

Como nota transversal a todos os pontos, o Sr. Vereador Tiago Carrão referiu que, apesar de ter sido respeitado o prazo legal, receberam a ordem do dia, e os respetivos documentos, na segunda-feira, pelas vinte e três horas, e os vereadores da oposição têm a sua vida, as suas profissões, e direito ao descanso, que teve que sofrer para poderem analisar tão extensa e variada documentação (só os documentos do ponto dois são duzentas e vinte e nove páginas) e estarem aqui em condições de discutir as diferentes matérias. Sublinhou que foi um trabalho quase desumano e que deve ser avaliado se se quer uma discussão democrática e saudável, e que possam fazer o trabalho detalhado e aprofundado que merecem estes documentos estruturais para o concelho. Pediu mais respeito pelo trabalho da oposição e pela democracia.-----

A Sra. Vereadora Lurdes Fernandes considerou incorreta e sem sentido a ordem dos pontos dois a oito tendo em conta que se pretende analisar e votar em primeiro lugar as Grandes Opções do Plano e Orçamento e só depois as opções referentes aos impostos e recursos afetos ao exercício das competências no domínio da saúde, que consubstanciam a referida proposta.-----

Em resposta, o Sr. Presidente referiu que percebe a crítica por não ter havido mais tempo para analisar os documentos, nomeadamente o orçamento, até porque, quando esteve na oposição, também a fez, várias vezes, mas a lei é assim e são documentos que demoram a preparar, e que terão representado um grande esforço de vários funcionários para ficarem prontos o mais cedo possível. Sobre a ordem dos pontos agendados, referiu que conhece a responsabilidade dos eleitos presentes e não antevê que nenhuma das propostas venha a ser reprovada. -----

O Sr. Vereador Luís Francisco considerou défice democrático proceder à entrega deste tipo de documentação dois dias antes da sua discussão e votação não sendo admissível a desculpa com o pessoal porque, com planeamento e trabalho prévio, as pessoas trabalham para alcançar os objetivos e cumprir os prazos que lhes forem indicados, e com menor



probabilidade de ocorrerem erros e falhas, como verificaram, apesar de pequenas; há documentos com data de outubro, e, até para respeitar a lógica da construção do documento, podiam ter sido propostas e decididas previamente algumas regras que o orçamento incorpora, decorrentes, por exemplo, da derrama e das taxas de participação nos impostos.-----

N.º 01 – PRIMEIRA REVISÃO ÀS GRANDES OPÇÕES DO PLANO E ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE TOMAR PARA O ANO DE 2023 -----

Foi presente proposta do Sr. Presidente submetendo a apreciação do Executivo Municipal a primeira revisão às Grandes Opções do Plano e Orçamento de 2023, no montante global de 2.839.017,00€ (dois milhões, oitocentos e trinta e nove mil, dezassete euros), nos termos e fundamentos da informação n.º 2418/2023 da Divisão Financeira. -----

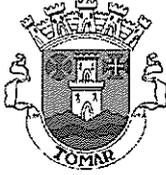
Deliberação tomada em minuta: A Câmara, tudo visto e analisado, homologando a referida informação, deliberou submeter a primeira revisão às Grandes Opções do Plano e Orçamento do corrente ano a aprovação da Assembleia Municipal, nos termos das disposições conjugadas da alínea c) do n.º 1 do artigo 33.º e da alínea a) do n.º 1 do artigo 25.º do regime jurídico das autarquias locais aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.-----

Esta deliberação foi tomada por quatro votos a favor e três votos contra da Sra. Vereadora Maria de Lurdes Ferromau Fernandes e dos Srs. Vereadores Tiago Manuel Henriques Ferreira Carrão e Luís António Antunes Francisco, com a seguinte declaração de voto: "Esta Revisão Orçamental de quase 3 milhões de euros, apresentada no final do ano, mais não é do que uma forma conveniente de "matar dois coelhos de uma cajadada só". Por um lado, permite reduzir o valor de rubricas que, como sempre dissemos, estavam inflacionadas. Por outro lado, permite à governação socialista chegar ao final do ano e vangloriar-se de uma taxa de execução mais elevada. No entanto, não deixa de ser artificialmente elevada, porque a execução passa a ser comparada com o valor da revisão orçamental, 48,8M€, e não o orçamento inicial de 51,6M€. -----

Referem que se "trata de ajustar algumas rubricas do orçamento e das GOP", mas isso não podia estar mais longe da verdade. Com tantas rubricas e verbas alteradas e anuladas, mais se assemelha a um novo orçamento.-----

Anularam despesas de 2,841 milhões de euros o que, sejamos claros, significa que deixaram muito investimento: -----

- 220 mil€ em habitação; -----
- 254 mil€ em viadutos e arruamentos;-----
- 854 mil€ em viação nas freguesias; -----



• 330 mil€ em subsídios e apoios às coletividades e instituições sem fins lucrativos. -----
E anularam também meio milhão de euros na rubrica “outras despesas” comprovando que
mais não era do que uma rubrica inflacionada. -----
Por tudo isto, os Vereadores do PSD votam contra.”. -----

No âmbito do ponto anterior, o Sr. Presidente referiu a necessidade de elaboração da
revisão orçamental para adequação das previsões à execução, prejudicada essencialmente por
via dos fundos do Plano de Recuperação e Resiliência, prevenindo assim eventuais
consequências penalizadoras. -----

A Sra. Vereadora Lurdes Fernandes referiu que a revisão acontece apesar de terem
ocorrido pelo menos catorze alterações permutativas, algumas muito recentes, e se constata
um “rapar o tacho” em quase todas as rúbricas para conseguir o equilíbrio das contas.
Salientou a redução da dotação da rúbrica referente à Estratégia Local de Habitação, de
novecentos e sessenta e cinco mil euros para quatrocentos e vinte mil, seiscentos euros (mais
de cinquenta por cento), e, na Habitação Social em concreto, de trezentos mil euros para
cento e vinte e nove mil euros, sendo evidente, num ano particularmente difícil, o corte na
Solidariedade, que passou de uma previsão de setecentos e noventa mil euros para duzentos e
quinze mil euros; ao contrário, a rúbrica dos eventos mantém a dotação de um milhão de
euros, para além da despesa previsível da Festa dos Tabuleiros, que acompanham. -----

Em resposta, o Sr. Presidente referiu que a Sra. Vereadora exerceu as funções de
Presidente de Junta de Freguesia e sabe o que é gerir um orçamento e a necessidade de, no
fim do ano, procurar reequilibrar as rúbricas que tiveram maior ou menor execução, como crê
acontecer em todas as instituições, sendo que a redução proposta está relacionada com fundos
que não foram recebidos, a maior parte na área da habitação. -----

O Sr. Vereador Tiago Carrão referiu que não está certo que esta seja a prática em todas as
instituições, mas parecia ser a prática de quem presidiu a este órgão até há pouco tempo.
Referiu que esta revisão vem diminuir o orçamento num valor perto de três milhões de euros,
através da redução do valor de rúbricas que, como disseram na altura, estavam inflacionadas,
e, ao mesmo tempo, de forma artificial, aumentar a taxa de execução, e camuflar o facto de
que ficou por fazer muita coisa que se programou. Sublinhou que o Sr. Presidente tenta passar
a ideia de que houve receitas que não vieram, nomeadamente do Plano de Recuperação e
Resiliência, e a informação técnica refere que se trata de ajustar algumas rúbricas do
Orçamento e das Grandes Opções do Plano, mas a verdade é que é praticamente um novo
orçamento, tantas são as rúbricas que veem a sua dotação alterada, e são anuladas despesas



5

de capital/investimentos que estavam programadas, em habitação (duzentos e vinte mil euros), em viadutos e arruamentos (duzentos e cinquenta e quatro mil euros), em viação rural (oitocentos e cinquenta e quatro mil euros), em subsídios e apoios a coletividades e instituições sociais (trezentos e trinta mil euros), e outras despesas (quinhentos mil euros), que ninguém sabe o que são e, como está à vista, apenas servem para inflacionar o orçamento. -----

Em resposta, o Sr. Presidente referiu que é um procedimento de gestão perfeitamente normal e se pratica na generalidade das instituições, nomeadamente as públicas; quando elaboram o orçamento estão a prever, a antecipar e, em certos aspetos, a desejar realizar um conjunto de coisas, mas, nos municípios, e noutras entidades públicas, uma parte considerável do orçamento depende de receitas provenientes de candidaturas, de fundos europeus e de transferências da administração central e, se elas não se concretizarem, façam as habilidades que fizerem, alguma coisa vai ficar pelo caminho; este ano, a execução ficou abaixo do previsto, essencialmente porque ficaram por arrecadar mais de oitocentos mil euros de fundos diretos do Plano de Recuperação e Resiliência, e não foi possível iniciar a requalificação da Escola Gualdim Pais, e esta revisão permite chegar ao final do ano com um nível de execução maior. Sobre o corte na solidariedade, referiu que a despesa inerente à ação que desenvolvem no dia-a-dia na área social não está concentrada apenas numa rúbrica e, em matéria de eventos, os únicos grandes eventos foram a Festa dos Tabuleiros, que custou mais de um milhão de euros, e a Feira de Santa Iria. Referiu que é normal que se queira tirar grandes ilações, desde logo políticas, mas não há nada de estranho ou para esconder, apenas se pretende, a bem do Município e das suas contas, prevenir eventuais consequências que, pelo menos teoricamente, podem advir da taxa de execução, que estava um pouco abaixo daquela que gostariam. -----

O Sr. Vereador Luís Francisco referiu que o orçamento é um documento previsional estruturante da atividade que se pretende realizar e, nesta altura, a sua revisão já não tem implicações com essa atividade, servindo apenas para camuflagem, com vista a obter uma melhor execução orçamental; verificam o “rapa o tacho” numa série de rúbricas, mas não no desenvolvimento económico, que engloba, sem que se perceba porquê, a Festa dos Tabuleiros e pagamentos à Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo, e vai ter melhor execução orçamental à conta dos gastos naquele evento, cujas contas já deviam ter sido apresentadas (se calhar, a comparticipação na Festa dos Tabuleiros nem era tão necessária, e podiam ter trabalhado de outra maneira, mas é questão que, mais tarde, será tratada); enquanto isso, na



regeneração urbana e desenvolvimento urbano há um impacto de cerca de cinquenta e quatro por cento, e ficam por realizar uma série de obras e ações, essencialmente porque, também aqui, houve um relaxe e se deixou andar até à última; pode conseguir-se por esta via uma melhor taxa de execução, mas o que conta é o que realmente se faz e não aquilo que parece que se fez. -----

Em resposta, o Sr. Presidente reforçou que estão a assumir que é importante chegar ao fim do ano com uma melhor taxa de execução e, para isso, estão a propor a redução do orçamento nas rubricas onde as previsões não aconteceram na totalidade, até por uma questão de responsabilidade para com o Município e a ação municipal; o orçamento é um conjunto de intenções e, numa entidade pública, dificilmente se consegue concretizar todas, a menos que se seja pouco ambicioso no momento da sua elaboração ou se tenha um enorme fundo de maneo; foram inscritas muitas obras sem haver total certeza que pudessem ser concretizadas, e isso voltará a acontecer no orçamento do próximo ano, mas seria errado não as considerar e não as poder realizar se viessem a ter a certeza de o poder fazer; as intervenções de maior monta são colocadas quando já existe projeto ou se está a trabalhar nele, ou quando querem que ele aconteça se se proporcionar o financiamento, que têm que ir procurar; os fundos do Portugal dois mil e trinta vão começar a chegar no próximo ano e as obras não vão acontecer se não estiverem inscritas e não houver projetos, mas nunca poderão acontecer todas. -----

A Sra. Vereadora Lurdes Fernandes referiu que, quando exerceu as funções de Presidente de Junta, as revisões orçamentais só aconteciam no caso de se verificar alguma receita extraordinária. Defendeu a necessidade de haver um acompanhamento contínuo, uma monitorização e preocupação constante com as diferentes rubricas e projetos inscritos nos planos e orçamentos porque, se assim não acontecer, a execução não se alcança e, mesmo com empenho, há sempre a possibilidade de ocorrerem problemas externos, sendo que, neste caso, algumas situações denotam inércia. Reforçou que a rubrica dos eventos não foi revista e a dotação associada ao Turismo, no valor global de dois milhões, oitocentos e dezanove mil euros, inclui um milhão de euros para eventos, e não abrange apenas a Festa dos Tabuleiros. -

Em resposta, o Sr. Presidente referiu que o turismo é um dos setores que mais contribui para a economia local e para a criação de postos de trabalho, e mal seria se não houvesse investimento nesse setor. -----

N.º 02 – GRANDES OPÇÕES DO PLANO, ORÇAMENTO E MAPA DE PESSOAL DO MUNICÍPIO DE TOMAR PARA O ANO DE 2024 -----



7

Foi presente proposta do Sr. Presidente submetendo a apreciação do Executivo Municipal as Grandes Opções do Plano e Orçamento do Município de Tomar para o ano financeiro de 2024, cujas receitas e despesas se encontram devidamente equilibradas em 51.875.000,00€ (cinquenta e um milhões, oitocentos e setenta e cinco mil euros), e respetivo mapa de pessoal, nos termos e fundamentos da informação n.º 2417/2023 da Divisão Financeira. -----

Deliberação tomada em minuta: A Câmara, tudo visto e analisado, homologando a referida informação, deliberou submeter os referidos documentos a aprovação da Assembleia Municipal, nos termos das disposições conjugadas da alínea c) do n.º 1 do artigo 33.º e das alíneas a) e o) do n.º 1 do artigo 25.º do regime jurídico das autarquias locais aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. -----

Esta deliberação foi tomada por quatro votos a favor e três votos contra da Sra. Vereadora Maria de Lurdes Ferromau Fernandes e dos Srs. Vereadores Tiago Manuel Henriques Ferreira Carrão e Luís António Antunes Francisco, com a seguinte declaração de voto: "A proposta das Grandes Opções do Plano, Orçamento e Mapa de Pessoal do Município de Tomar para o ano de 2024, apresentada pela maioria socialista que governa o Município não pode merecer a concordância dos vereadores do Partido Social Democrata. Por variadíssimas razões, das quais destacamos: -----

- São documentos que, à semelhança dos anos anteriores, evidenciam uma falta de estratégia e de ambição relativamente ao futuro de Tomar, e em que a resposta aos anseios e às necessidades da população do concelho continuam adiadas. -----
- O total do Orçamento é de 51,875 milhões de euros, o que poderia indiciar, finalmente, grandes investimentos. Mas não, temos mais do mesmo! -----
- As Despesas Correntes aumentam cerca de 2 milhões de euros, totalizando 60% do total das despesas. Ou seja, o grosso das verbas do Orçamento são para gestão corrente. -----
- Em especial, para as Despesas com Pessoal, que representam a quase totalidade do aumento das despesas correntes, totalizando 16,154M€ - representam já mais de metade das despesas com pessoal. Em 10 anos de governação socialista, as despesas com pessoal aumentaram quase 7 milhões de euros, o que compromete as finanças da Câmara Municipal para os próximos anos, e condiciona a gestão municipal futura quanto à necessidade de investimentos. -----
- Na verdade, o que este Orçamento para 2024 mostra, mais um ano, e infelizmente para Tomar, é a incapacidade da maioria socialista para avançar com projetos e obras diferenciadoras que dinamizem o concelho e contribuam para um verdadeiro progresso e



desenvolvimento de Tomar.-----

- A imagem de Tomar, promovida por medidas avulsas e eventos discutíveis, naquilo que são milhares de euros gastos, representam a forma de gerir dos socialistas.-----
- O exemplo flagrante da Zona Industrial, em que a única coisa de relevo que fizeram foi a mudança do nome para Parque Empresarial. Mas, entretanto, abdicam de milhões em fundos comunitários para a revitalização daquele espaço e agora atribuem-lhe pouco mais de 9 mil euros em orçamento.-----
- A questão é que a economia local continua a ser o parente pobre para este executivo camarário socialista. Em detrimento dos eventos, feiras e festas, cujo valor situa-se, mais uma vez, próximo do 1 milhão de euros.-----
- Não há apoio efetivo ao tecido empresarial, quer às empresas existentes quer aos potenciais investidores, com vista à criação de postos de trabalho e fixação de pessoas; e, não há medidas concretas para evitar a perda de população, dois graves problemas estruturais do concelho.-----
- Os Vereadores do PSD apresentaram uma proposta a 15 de novembro de 2021, aprovada por unanimidade, para criação de um Regulamento de Benefícios Fiscais e Incentivos ao Investimento, que se traduziria numa ferramenta facilitadora para aspirações de Jovens, famílias, empresas, IPSS e Associativismo.-----
- A população residente continua a diminuir, tendo saído de Tomar 10% da população nos últimos 10 anos; a população está cada vez mais envelhecida, por cada 100 jovens tínhamos 248 idosos (em 2019); 293,9 em 2021 e quando a nível nacional 153. E os documentos apresentados têm zero soluções para a demografia.-----

Os documentos apresentados mais se assemelham ao guião de um filme de ficção. Mas, quando o filme acaba, vemos que não tem um final feliz.-----

Obviamente que o PSD não se revê neste “empobrecimento” progressivo do concelho que caracteriza a gestão municipal socialista, hipotecando o futuro do concelho e da sua população. Por isso, os Vereadores do PSD votam contra.”.-----

No âmbito do ponto anterior, a Sra. Vereadora Lurdes Fernandes referiu que o mais importante é aquilo que os tomarenses esperam da ação da Câmara em mais um ano de atividade e o que esta vai influenciar a vida das pessoas e ajudar a ultrapassar as dificuldades. Salientou que o Município está integrado na Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo e, a breve prazo, integrará a nova NUT II Oeste e Vale do Tejo; apesar de nada ser focado, as prioridades que estarão já definidas nestas entidades estarão alinhadas para o concelho de



Tomar e este não poderá ficar como mero espetador relativamente a projetos e à estratégia integrada de desenvolvimento territorial dois mil e trinta; o Médio Tejo dois mil e trinta aponta como orientações estratégicas: a renovação do modelo competitivo regional, a internacionalização, investimento e inovação, e, como pontos críticos para o adensamento do ecossistema da inovação empresarial, a promoção de um ecossistema de atração de empresas e captação de investimento numa lógica de diversificação de sectores estratégicos; ganham relevo as áreas tecnológicas, inovadoras e articuladas com as instituições de ensino superior e, como motor da interação funcional do ecossistema produtivo regional, é fundamental a articulação com o Instituto Politécnico de Tomar e outros parceiros do território; um dos objetivos é promover a captação de empresas e de investimento, e de iniciativas empreendedoras, a criação de postos de trabalho e a qualificação de espaços de acolhimento empresariais. Recordou, a propósito, o Centro do Conhecimento do Instituto Politécnico de Tomar, que não é referido no documento, e parece não ir ver a luz do dia, salientando que é uma área muito importante, e que têm o know how da instituição e de algumas importantes empresas já instaladas, que poderiam ser uma âncora de continuidade para o território. Referiu que o eixo da Coesão e Inclusão Social e Saúde tem uma dotação global de nove milhões, setecentos mil euros; -- para a Estratégia Local de Habitação estão previstos dois milhões, oitocentos mil euros, sendo certo que, há pouco tempo, ratificaram um acordo celebrado com a Comunidade Intermunicipal e com o Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana que prevê cinco milhões de euros para trinta e dois fogos na Choromela, com um calendário exigente e um plano de pagamentos definido, e é dada pouca relevância à organização da estrutura para dar continuidade e sequência a este desafio, bem como para a execução da construção de habitação a custos controlados; -- para a Saúde apenas estão previstos setenta mil euros, algo incipiente para as necessidades que estão identificadas, e abordarão no ponto oito, sendo certo que o Sr. Presidente parece ter um desconhecimento bastante grande sobre este assunto e que seria de toda a utilidade que se debruçasse sobre ele para perceber onde é que, necessariamente, a Câmara tem que apoiar a implementação dos serviços e dos cuidados de saúde primários, porque, para além das questões com os profissionais de saúde, existem muitos espaços que precisam de obras e de um grande investimento; -- em termos de valores inscritos, a Solidariedade é cada vez menor; na Educação, o orçamento engrossou e muito, por opções muito concretas, até do Sr. Presidente que decidiu, muitas vezes sem ouvir e sem envolver os parceiros, não concluir a Carta Educativa iniciada em dois mil e dezanove; sendo professor esperar-se-ia uma atenção a esta



10

problemática da educação, das parcerias e dos órgãos onde deve ser tratada; apesar de o Sr. Presidente desvalorizar sempre esse documento, numa comunicação de que é autor, na altura como vereador, refere que "... a carta educativa visa dotar o Município com um instrumento de planeamento que permita adequar a rede educativa do concelho à procura previsível a médio/longo prazo ... o reordenamento da rede de equipamentos de educação e ensino constitui um fator fundamental na estratégia de desenvolvimento do Município assumindo-se a Carta Educativa como um instrumento privilegiado de reordenamento do território e planeamento estratégico tendo também em mente o plano maior Plano Diretor Municipal."; as Atividades de Enriquecimento Curricular aumentam de noventa e um mil euros para duzentos mil euros, sem que se possa aferir a razão do aumento. Referiu que, na Regeneração Urbana, deixou de haver interesse nos projetos dos Miradouros, que desapareceram, apesar da sua importância, assim como alguns Largos, incluindo o Lar da Serra; a Conservação da Rede Viária colhe cada vez menos importância e menos verba, sendo certo que têm vias cada vez mais danificadas e que, pelo menos, seria de dar prioridade à marcação e colocação de antiderrapante nalgumas. Referiu que, no Desenvolvimento Económico, com uma dotação global de dois milhões, oitocentos e trinta mil euros, o Turismo continua a brilhar (um milhão, duzentos e quarenta e seis mil euros) e a Economia Local continua a ser o parente pobre; têm inscrito um milhão, quinhentos e quarenta e um mil euros, dos quais um milhão e trezentos mil euros são transferências para a Comunidade Intermunicipal; o Empreendedorismo Jovem é contemplado com cem euros e a Desmatção e Limpeza com menos de cinco mil euros; para o Espaço de Coworking da Linhaceira, que é bom, mas não é solução, estão inscritos duzentos e trinta e dois mil euros. Referiu que, na Transição Climática e Sustentabilidade de Recursos, são previstas verbas para desassoreamento do rio Nabão e manutenção e limpeza de linhas de água, mas continua a não se assumir a limpeza da Ribeira da Lousã, e era importante; também nada é dito sobre a Barragem do Carril e sobre os novos desafios que se colocam face a este stock de água. Referiu que, na Gestão e Equilíbrio Financeiro, se prevê a ocorrência de dívidas de alguma(s) entidade(s) participada(s) - Tejo Ambiente e/ou RSTJ e/ou Escola Profissional de Tomar - destinando cem mil euros para o efeito. Salientou que os documentos apresentados refletem as mesmas fórmulas e as opções ignoram a realidade, não há criação de emprego, apesar do Sr. Presidente dizer que sim, as empresas não encontram soluções estruturadas para se fixarem ou para crescerem e os incentivos não existem - mesmo na Derrama, a opção é taxar cada vez mais; não há respostas para os jovens e para as famílias; em dois anos, o regulamento municipal dos benefícios fiscais e incentivos ao investimento não



11

foi concretizado e, mais uma vez, não tem tradução neste documento, que não se dedica aos incentivos e ao apoio às famílias e às empresas, num concelho onde as soluções de habitação ainda não passaram de um estudo e são muito esquecidas as pessoas que vivem fora da cidade e as condições em que vivem muitas dessas famílias; a Câmara afirma que existem soluções para o transporte público, e o Município paga uma elevada fatura, mas as pessoas que precisam de trabalhar fora da cidade não o conseguem. Referiu que não há a preocupação de monitorizar e se assume o sucesso por percepção, se trabalha em cima do joelho para agradar a alguns e se esquecem outros que todos os dias lutam; este documento contém vários projetos que foram retirados ao longo do corrente ano (skate parque, caminho municipal mil cento e dezanove, Choromela, entre outros); todos os anos se fazem muitas promessas e se tenta enganar as pessoas que, no próximo ano é que é, mas, depois, como tem sido estratégia da governação socialista, vão encostar à época de eleições; a realidade é que muitos desistem de Tomar, nomeadamente jovens, e muitos estão fartos de promessas e soluções habilidosas, e os vereadores do PSD e assumem uma postura de dedicação, visão e trabalho porque têm vontade melhorar as condições de vida de todos sem desbaratar recursos. -----

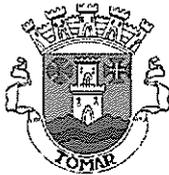
Em resposta, o Sr. Presidente referiu que o texto está um bocadinho longo e ninguém o lerá se for enviado tal como está para os jornais. Salientou que é muito fácil olhar para o orçamento com enfoque naquilo que mais importa a cada um, ou com determinado objetivo, mas nem tudo tem que estar especificado, como é o caso da marcação de vias, que é gestão corrente (e está a decorrer um procedimento de contratação para aquisição desses serviços); é natural que muitas questões que foram elencadas não estejam especificadas, o que não significa que não venham a acontecer. Considerou pouco perspicaz, por exemplo, falar da limpeza do rio e das ribeiras, porque são apostas óbvias desta governação; até que o começaram a fazer, em dois mil e dezoito, a única limpeza conhecida no rio ocorrera há cerca de vinte anos, num troço no centro da cidade e sem a profundidade que ora tem acontecido; é uma marca desta governação e tencionam continuar a promover essa ação em troços do rio ou de ribeiras afluentes do rio Nabão, mas não a podem realizar todos os anos em todo o lado, nem isso faria sentido; este ano chegaram à ribeira de Cêras e limparam mais uma parcela do rio e, entretanto, será objeto de avaliação com os serviços o que será realizado no próximo ano. Salientou que a nova NUT só entrará em funcionamento em dois mil e vinte sete e não percebe que se pretendesse que estivesse, de alguma forma, espelhada nestes documentos, sendo certo que o Instituto Politécnico de Tomar é muito importante e, mais uma vez, é uma



12

marca desta governação, que tem trabalhado com a instituição como nenhuma outra governação o fez, e é um trabalho para continuar e reforçar; o projeto do Centro do Conhecimento foi feito e considerado numa candidatura que esteve disponível para o Município e só não se concretizou porque o Instituto Politécnico não apresentou todos os documentos necessários, mas já deram a conhecer que continuam apostados nesse projeto e em lhe dar prioridade numa nova oportunidade de candidatura. Referiu que o alegra ver essa forma de estar perante a questão da saúde, e que se percebe que há uma realidade que é preciso enfrentar, sendo certo que estão a trabalhar nisso; ainda esta semana esteve na Extensão de Alviobeira, com os serviços e com o Presidente da Junta, para verificar o estado das instalações e avaliar aquilo que possa vir a ser necessário fazer, trabalho que é para continuar no resto do território. Sobre a educação referiu que, independentemente das conjeturas e apreciações, não há, nem houve, ao longo dos dez anos desta governação, mais nenhum setor onde se tenha reunido tanto com os parceiros, nas mais diversas responsabilidades, a começar pelas Direções dos Agrupamentos de Escola, e nada foi feito que não tenha sido previamente articulado, desde logo com as referidas Direções. Sublinhou que não há nenhum setor que contribua tanto para a economia local como o Turismo, por aquilo que, direta ou indiretamente produz, nomeadamente para postos de trabalho e prestação de serviços, e é uma incoerência muito grande dizer que se aposta tudo no turismo e não se aposta na economia local; a questão do emprego podia merecer uma reflexão mais profunda mas, como qualquer cidadão percebe, e as empresas referem, o grande problema é a falta de trabalhadores, quer nos setores operacionais quer nos mais técnicos. -----

O Sr. Vereador Tiago Carrão referiu que os vereadores do PSD abdicam de algumas horas de outras coisas para apreciarem os documentos e poderem estar aqui em condições de detalhada e exaustivamente os comentarem, tecerem observações e darem os seus contributos; não os tratam de forma leviana, como faz a governação, pelo que a intervenção inicial da Sra. Vereadora Lurdes Fernandes teria que ser necessariamente exaustiva. Recordou a recente polémica com as Atividades de Enriquecimento Curricular no Agrupamento de Escolas Templários a título de exemplo do que, na área da educação, não parece ter sido assim tão coordenado com os parceiros. Sublinhou que o Sr. Presidente não se terá esquecido do que dizia quando estava na oposição, e os orçamentos do PSD chegavam aos quarenta e oito milhões de euros, mas terá percebido que, sem orçamento, não é possível fazer obra; este orçamento, à semelhança do anterior, está próximo dos cinquenta e dois milhões de euros e é evidente que as despesas correntes aumentam cerca de dois milhões de euros, devido



essencialmente às despesas com o pessoal, as quais já equivalem a sessenta e dois por cento do total do orçamento; não lhe parece que esse aumento decorra apenas de aumentos salariais e progressão nas carreiras, e gostaria de obter informação detalhada sobre o pessoal que virá da área da saúde, o valor previsto dos aumentos salariais e da progressão das carreiras; com mais este aumento de dois milhões de euros, que também aconteceu no orçamento anterior, as despesas com o pessoal atingem dezasseis milhões de euros e é uma herança pesadíssima; a anterior presidente deste órgão estava muito preocupada com a situação, mas nada fez para tentar procurar soluções e é uma questão importantíssima para o futuro do Município porque o pessoal é preciso, mas este valor tem peso na gestão autárquica e compromete aquela que possa ser a margem para essa gestão. Realçou que não deixa de ser curioso que se refira que se espera realizar todos os projetos sem recorrer a capitais alheios e o Sr. Presidente refira que alguns projetos só são realizáveis se vierem avisos de candidatura a fundos comunitários e seja indicado que se vai buscar dois milhões para habitação ao Plano de Recuperação e Resiliência através do Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana. Reiterou que a Economia Local é o parente pobre desta governação, que destina cem euros ao Empreendedorismo Jovem, nove mil euros à Zona Industrial e um milhão de euros para Eventos. Realçou que foi referida a conclusão do projeto de requalificação da Estrada Nacional, mas a crença que a obra possa avançar é pouca ou nenhuma; um pouco antes de sair, a Sra. Presidente falava numa intervenção a rondar os oito milhões de euros e, agora, são inscritos dois milhões de euros para dois mil e vinte e quatro e dois milhões de euros para o ano seguinte, o que carecerá ser explicado; por outro lado, foi aqui prometido que, se houvesse folga orçamental, o Caminho Municipal mil cento e oito, entre Bodegão e Sesmarias, avançaria no corrente ano, o que não veio a acontecer, e agora se empurra para dois mil e vinte cinco. Referiu que se prevê a aquisição de um veículo ligeiro de combate a incêndios, com uma dotação de duzentos mil euros, mas, tendo em conta os constrangimentos a que se tem assistido recentemente, seria de avaliar se não seria prioritário adquirir também uma ambulância. Salientou que a mensagem do Sr. Presidente se resume a um conjunto de vontades, e teme que não venham a passar disso, porque mais não são do que uma repetição do que estava previsto para o ano corrente, e alguns dos objetivos até ficaram pelo caminho; é certo que as grandes opções do plano e orçamento são um documento previsional, mas há pouco de previsional quando não se acerta nenhuma previsão e, quem conheça o registo desta governação, fica com muitas dúvidas que possa ser diferente no ano que se avizinha; por outro lado, como vem sendo habitual, o conjunto de vontades não tem uma palavra para as



empresas do concelho, e o orçamento espelha uma completa ausência de estratégia, e até de ambição, permitindo antever que será mais um ano em que se vão perder algumas oportunidades de apoio às empresas, e sem medidas concretas para inverter a perda de população, ou para apoiar as famílias, e acreditam que votando contra este documento estão a votar a favor de Tomar. -----

Em resposta, o Sr. Presidente realçou que, se for essa a intenção, é sempre possível encontrar, nas rúbricas e nas palavras, aquelas que lá não estão; é normal que a oposição procure sempre o que não está, mas é o que está que preocupa quem tem a responsabilidade de gestão. Referiu que nem tudo tem que estar especificado nas Grandes Opções do Plano e que se prevê, por exemplo, a aquisição de uma nova ambulância no próximo ano, recordando que foi esta governação que adquiriu todas as ambulâncias que estão ao serviço; sendo viaturas que têm um grande desgaste, precisam de ser substituídas atempadamente, para não atingirem o estado de degradação que tinham quando iniciaram funções. Referiu que a realidade das coisas não se altera, por muitos ruídos que se tentem criar, e não há área que, ao longo dos dez anos, tenha motivado mais reuniões com os parceiros que a educação, e onde tenha existido tanta coordenação e articulação com entidades, incluindo nas Atividades de Enriquecimento Curricular, e com muita antecedência. Realçou que é normal que tentem obter fundos europeus ou de outras entidades e a referência a capitais alheios visa os empréstimos bancários; nestes dez anos, têm andado a pagar os empréstimos contraídos anteriormente, e a resolver outras situações, sem necessidade de contrair nenhum, mas podem vir a entender necessário fazê-lo para fazer face a algum projeto ou questão em particular, até porque, hoje, têm uma grande capacidade de endividamento, também por via da grande diminuição da dívida municipal. -----

O Sr. Vereador Luís Francisco referiu que é normal que o pai da criança a ache sempre engraçada, mas não é tão normal dizer que os filhos dos outros são feios; neste caso, quem está a gerir toma opções que quem está na oposição não tomaria se estivesse a gerir o município, sendo certo que, com este orçamento, daqui a um ano, estarão novamente a aprovar modificações orçamentais; é normal que se queira considerar/propor/ter como objetivo determinado(s) investimento(s) e atividade(s), mas é preciso lutar, no dia-a-dia, para que aconteçam, e não deixar, como aqui se denota, que as rúbricas/investimentos transitem de um ano para outro, muitas vezes sem qualquer execução; na generalidade, este orçamento repete o orçamento para o ano em curso, não numa lógica de continuidade, porque a maior parte foi execução não realizada. Salientou que há rúbricas da atividade corrente que



têm o seu peso e a gestão devia ser um pouco mais cuidada; se calhar, nalguns sítios haverá pessoal a mais e, noutros, pessoal a menos, mas só conhecem o mapa de pessoal e não têm dados nem informação para poder tirar conclusões objetivas; não sabem até que ponto a análise está feita, se há objetivos de correção e quais, e o que está feito a esse nível sendo certo que se justificaria a elaboração de um estudo analítico e casuístico que determinasse, também em termos de formação profissional, onde é que as pessoas teriam que ser melhor adequadas para a tarefa que desempenham, onde é que haveria gente a menos e onde é que haveria pessoas a mais que pudessem mudar de setor, ou também se eventualmente seria necessário recrutar e em que áreas.-----

Em resposta, o Sr. Presidente referiu que, nalguns setores, há falta de pessoal e há muitos lugares por preencher no mapa de pessoal, mas percebem que não podem alargar o quadro assim tanto de uma só vez e têm que ir seriando as prioridades; se se comparar o início da governação e o momento presente, o mapa de pessoal sofreu um grande aumento no setor dos Bombeiros porque foi opção apostar fortemente na profissionalização do setor, na lógica de ter um corpo profissional, complementado por voluntários, em vez de estar dependente de voluntários; o outro aumento aconteceu no setor da educação, por via da transferência de competências, e vai acontecer agora no âmbito da transferência de competências nos domínios da ação social (cinco novos técnicos) e da saúde (nove assistentes operacionais); de resto, tem havido algumas admissões, em regra para substituir, em determinados setores, algumas pessoas que se aposentaram, e os antigos trabalhadores dos Serviços Municipalizados que têm estado a regressar têm preenchido lugares que estavam vazios; esta governação não criou nenhum monstro, como já ouviu na Assembleia Municipal, e não está a deixar nenhuma pesada herança, como referiu o Sr. Vereador Tiago Carrão, antes está a tentar, como pode, corrigir um pouco uma estrutura que foi pensada há décadas; as estruturas municipais, e a função pública na geral, são pesadas, não podem mandar as pessoas embora e só lhes resta ir promovendo as correções possíveis; no Departamento de Obras Municipais, por exemplo, não têm substituído alguns dos trabalhadores que passaram à reforma porque entendem que, nalgumas áreas, faz mais sentido adquirir serviços, mas, no essencial, não é possível proceder do mesmo modo; o licenciamento urbanístico, por exemplo, precisava de mais pessoal; não há praticamente nenhum mês que não promovam a reafecção de trabalhador(es), mas há limites para essa possibilidade e é praticamente impossível nos técnicos superiores. Reiterou que o acréscimo de custos decorre de atualizações salariais e de subidas de escalão, que abrangerão um terço dos trabalhadores esperando-se, por ação da Associação Nacional dos



Municípios Portugueses, obter uma maior comparticipação do Estado central neste peso que os municípios têm em permanência.-----

O Sr. Vereador Luís Francisco referiu que não partilha a perceção que o turismo é o setor de maior dimensão no concelho, ou o que mais afeta a economia local; admite que possa ser uma prioridade estratégica, mas, em termos de emprego e de geração de movimento financeiro, há uma série de atividades, nomeadamente da Câmara Municipal, de um conjunto de instituições particulares de solidariedade social e de um conjunto de empresas a atuar no concelho, em diversos setores de atividade, que, apesar de tudo, geram bastante impacto na economia local; no turismo, acaba por ser residual, se bem que possa ter um potencial de acréscimo.-----

Em resposta o Sr. Presidente referiu que, na sessão da Assembleia Municipal que apreciou o estado do concelho, teve oportunidade de referir os números que indicam que, em termos do número de empresas e da receita direta produzida, o turismo é o nono ou décimo ou décimo primeiro setor e o que disse é que o setor do turismo é daqueles que mais contribui para a economia local, mas também o setor dos serviços; um restaurante ou um hotel não se limita a vender um serviço, também adquire os seus produtos na economia local, e lava as suas toalhas, etc... contribuindo para a economia local de uma forma que a generalidade das outras empresas não contribui.-----

O Sr. Vereador Luís Francisco frisou que um quartel, uma instituição particular de solidariedade social e uma escola, por exemplo, também adquirem refeições localmente e lavam as suas toalhas, etc. -----

N.º 03 – AUTORIZAÇÃO PARA REALIZAÇÃO DE DESPESAS PLURIANUAIS NO ANO ECONÓMICO DE 2024 – DELEGAÇÃO NO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE COMPETÊNCIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL -----

Foi presente proposta do Sr. Presidente submetendo a apreciação do Executivo Municipal proposta a apresentar à Assembleia Municipal para delegação da competência de autorização prévia da assunção de compromissos plurianuais, no ano económico de 2024, nos termos e fundamentos das informações n.ºs 2404/2023 e 2407/2023 da Divisão Financeira. -----

Deliberação tomada em minuta: A Câmara, tudo visto e analisado, homologando as referidas informações, deliberou submeter à Assembleia Municipal a proposta constante da informação n.º 2404/2023 da Divisão Financeira, ao abrigo das disposições da alínea c) do n.º 1 e do n.º 3 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, na atual redação. -----
Esta deliberação foi tomada por unanimidade.-----



N.º 04 – TAXA DE IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE IMÓVEIS (IMI) PARA APLICAÇÃO NO ANO 2024 -----

Foi presente proposta do Sr. Presidente submetendo a apreciação do Executivo Municipal a fixação da taxa do Imposto Municipal sobre Imóveis a aplicar em 2024, nos termos e fundamentos das informações n.º 2381/2023 e n.º 2383/2023 da Divisão Financeira. -----

Deliberação tomada em minuta: A Câmara, tudo visto e analisado, homologando as referidas informações, deliberou propor à Assembleia Municipal a fixação da taxa de 0,34% para os prédios urbanos, ao abrigo do n.º 5 do artigo 112.º do Código do Imposto Municipal sobre Imóveis, e a aplicação da dedução prevista no n.º 1 do artigo 112.º-A do mesmo Código. -----

Esta deliberação foi tomada por quatro votos a favor e três abstenções da Sra. Vereadora Maria de Lurdes Ferromau Fernandes e dos Srs. Vereadores Tiago Manuel Henriques Ferreira Carrão e Luís António Antunes Francisco, com a seguinte declaração de voto: "Na reunião de Câmara Municipal de dia 15 de novembro de 2021, foi a discussão e votação a proposta apresentada pelos Vereadores do PSD: 'Regulamento de Benefícios Fiscais e Incentivos ao Investimento', tendo a mesma sido aprovada por unanimidade. -----

A Lei n.º 51/2018 introduziu alterações ao Regime Financeiro das Autarquias Locais e entidades Intermunicipais (RFALEI) que refere que os municípios dispõem de poderes tributários relativamente a impostos e outros tributos a cuja receita tenham direito, nomeadamente a concessão de isenções e benefícios fiscais, nº 2 do Art.º 16º que, por sua vez, dispõe que "A Assembleia Municipal, mediante proposta da Câmara Municipal, aprova regulamento contendo critérios e condições para o reconhecimento de isenções totais ou parciais, objetivas ou subjetivas, relativamente aos impostos e outros tributos próprios". -----

Na prática, isto significa que as propostas aprovadas, não podem ser aplicadas, sem a criação do "Regulamento de Benefícios Fiscais e Incentivos ao Investimento". A maioria das Câmaras Municipais do país já possui este instrumento. A proposta apresentada e aprovada também alertava para a urgência da construção do regulamento. -----

Tomar tem atravessado sérias dificuldades patentes no declínio populacional e no desenvolvimento económico. A Câmara Municipal pode e deve intervir no sentido da sua inversão, recorrendo à concessão de benefícios fiscais e incentivos, nomeadamente: -----

Incentivo à reabilitação urbana – reproduzindo os benefícios fiscais atribuídos pelo Estado – abrangendo reabilitação de edifícios ou frações, cuja construção tenha sido concluída há pelo menos de 30 anos ou se situe em ARU;-----



Incentivo à atividade económica no município – abrangendo a criação de postos de trabalho; isenção ou redução de IMT; isenção ou redução de IMI; isenção ou redução de Derrama; -----

Incentivos ao investimento em projetos considerados de interesse municipal - mediante a atribuição de benefícios fiscais, em sede de isenção ou redução de IMT, IMI, redução ou isenção de taxas municipais de urbanização; -----

Prestação de apoio técnico - nomeadamente desenvolvimento de projetos, e no acompanhamento procedimental personalizado, de apoio logístico, apoio de recursos humanos, etc.; -----

Apoio às famílias - traduzido na redução de IMI aos casais jovens, devolução de uma parte do IRS, e medidas de apoio na redução de despesas; -----

Incentivos à fixação de agregados familiares em áreas territoriais especialmente desertificadas (definidas pela Assembleia Municipal); -----

Apoio ao Associativismo - no que concerne à isenção de IMI aos prédios utilizados para os fins estatutários das coletividades, nomeadamente associações desportivas, culturais, recreativas, etc. -----

Os Vereadores do PSD ambicionam mais para o concelho de Tomar, ambicionam a aplicação de medidas, em termos fiscais, que sejam mais abrangentes e que contribuam para o desenvolvimento do mesmo.-----

Infelizmente, a governação do Partido Socialista na Câmara Municipal de Tomar continua a ter dificuldade em mudar. Passaram dois anos sobre a apresentação e aprovação da proposta dos Vereadores do PSD, por unanimidade. -----

Tendo em conta que consideramos que a proposta de baixa na taxa de IMI é ténue e o atraso no regulamento dos Benefícios fiscais e apoios ao investimento, os Vereadores do PSD optam pela abstenção na votação.”. -----

No âmbito do ponto anterior, o Sr. Vereador Tiago Carrão referiu que este imposto podia servir como receita municipal e, também, como mecanismo de incentivo às pessoas, às empresas e às famílias, e de penalização para incentivar à regeneração urbana, mas nada disso acontece porque, dois anos depois, continuam a aguardar pelo regulamento de benefícios fiscais e incentivos ao investimento.-----

Em resposta, o Sr. Presidente referiu que o IMI é uma das mais importantes receitas municipais e qualquer redução terá que ter isso em conta, sendo certo que esta pequena redução equivale a uma perda de receita estimada em cento e trinta e cinco mil euros. Realçou que os cidadãos gozam de várias isenções e reduções, quando adquirem uma casa para



habitação e quando promovem a reabilitação de imóveis em Áreas de Reabilitação Urbana, e Tomar tem seis, uma delas abrangendo praticamente toda a cidade.-----

N.º 05 – TAXA DE DERRAMA PARA APLICAÇÃO NO ANO 2024-----

Foi presente proposta do Sr. Presidente submetendo a apreciação do Executivo Municipal proposta de lançamento de derrama para o ano de 2023, a cobrar em 2024, nos termos e fundamentos das informações n.º 2204/2023 e n.º 2349/2023 da Divisão Financeira.-----

Deliberação tomada em minuta: A Câmara, tudo visto e analisado, homologando as referidas informações, deliberou propor à Assembleia Municipal, ao abrigo das disposições conjugadas da alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º do regime jurídico das autarquias locais aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e dos n.ºs 1 e 24 do artigo 18.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, na sua atual redação, o lançamento de derrama em 2023, a cobrar em 2024, à taxa normal de 1,5% para empresas com volume de negócios superior a 150.000€, e de 0,75% para os sujeitos passivos com um volume de negócios que não ultrapasse os 150.000€.-----

Esta deliberação foi tomada por quatro votos a favor e três votos contra da Sra. Vereadora Maria de Lurdes Ferromau Fernandes e dos Srs. Vereadores Tiago Manuel Henriques Ferreira Carrão e Luís António Antunes Francisco, com a seguinte declaração de voto: "Antes de mais, é importante destacar a confusão que existe em torno da aplicação da Derrama no presente ano de 2023. Uma vez que a proposta da governação socialista para a taxa de Derrama em 2023 foi reprovada em Assembleia Municipal, deveria aplicar-se a taxa de 2022 que incluía a isenção para empresas com volume de negócios inferior a 150 mil euros. No entanto, ao consultar a informação no website da CMT e o ofício à Autoridade Tributária, percebemos que a isenção não foi contemplada.-----

E essa isenção é precisamente o ponto mais importante da taxa de Derrama proposta para 2024. Ao propor uma taxa de derrama de 1,5% para as empresas e 0,75% para as empresas com um volume de faturação inferior a 150.000€, estão a penalizar as pequenas e médias empresas do nosso concelho.-----

Uma vez que esta isenção significa abdicar de uma receita de apenas 30 mil€, quando considerado o contexto de receita previsível de 640 mil€ para esta taxa, os Vereadores do PSD entendem que essas pequenas e médias empresas deveriam estar isentas.-----

Por isso, os Vereadores do PSD votam contra."-----

No âmbito do ponto anterior, o Sr. Vereador Tiago Carrão referiu que não podem estar mais em desacordo com a proposta que pretende acabar com a isenção da derrama para as



empresas do concelho com volume de faturação inferior a cento e cinquenta mil euros; a previsão de receita é de seiscentos e quarenta mil euros e o apoio a trezentas empresas, essencialmente pequenas e médias empresas e comércio local, implicaria abdicar apenas de trinta mil euros, num orçamento a rondar os cinquenta e dois milhões de euros, ou seja menos uma festa; por outro lado, tal como os deputados municipais eleitos pelo PSD, gostariam de ver esclarecida a questão da aplicação da derrama no corrente ano, concretamente qual a taxa cobrada às empresas com aquele volume de negócios; a deliberação tomada pela Assembleia Municipal em relação à aplicação da derrama no ano de dois mil e vinte e dois previa a taxa de um e meio por cento e a isenção para empresas com volume de faturação inferior a cento e cinquenta mil euros; a proposta do Executivo para aplicação no ano corrente foi reprovada na Assembleia Municipal, pelo que se aplicaria a taxa do ano anterior; no entanto, no site municipal, e no ofício da Autoridade Tributária ali publicado, só é indicada a derrama de um e meio por cento. -----

Em resposta, o Sr. Presidente referiu que sem receita não há despesa e, nas festas, também se apoia, direta ou indiretamente, muitas empresas, até porque a generalidade dos eventos distribui muito dinheiro na economia local. Referiu que a proposta visa aplicar a taxa reduzida de zero vírgula setenta e cinco por cento às empresas cujo volume de negócios não ultrapasse os cento e cinquenta mil euros; segundo julga saber, atualmente aplica-se-lhes uma taxa de um e meio por cento, tendo em conta que, o ano passado, a Assembleia Municipal rejeitou a proposta do Executivo Municipal e, no ano anterior, a deliberação que tomou não seria válida, porque não podia alterar a proposta do Executivo. -----

O Sr. Vereador Tiago Carrão referiu que não discute a questão em termos jurídicos, mas tem dúvidas que assim seja, até porque a informação disponibilizada no site não é coincidente em relação ao ano de dois mil e vinte e dois e seguinte. Defendeu que o correto seria isentar as empresas com volume de faturação inferior a cento e cinquenta mil euros. -----

Em resposta, o Sr. Presidente referiu que a receita é significativa para o Município e as empresas nem notam esse apoio sendo que a derrama deve ter muito mais a ver com a fixação de empresas no território do que com a manutenção daquelas que aqui estão a operar e não é seguramente por causa deste apoio que uma empresa toma a decisão de se fixar no concelho. -----

N.º 06 – TAXA DE PARTICIPAÇÃO VARIÁVEL NO IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO DAS PESSOAS SINGULARES (IRS) PARA OS RENDIMENTOS DE 2024 -----

Foi presente proposta do Sr. Presidente submetendo a apreciação do Executivo Municipal



proposta de fixação da taxa variável no Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares, a aplicar aos rendimentos do ano de 2024, nos termos e fundamentos das informações n.º 2207/2023 e n.º 2348/2023 da Divisão Financeira. -----

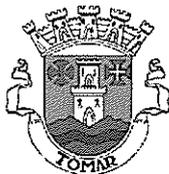
Deliberação tomada em minuta: A Câmara, tudo visto e analisado, homologando as referidas informações, deliberou propor à Assembleia Municipal, ao abrigo das disposições conjugadas dos n.ºs 1 e 2 do artigo 26.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, na sua atual redação, e da alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º do regime jurídico das autarquias locais aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a fixação da taxa de participação variável no Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares para o ano de 2024 em 4%.-----
Esta deliberação foi tomada por unanimidade.-----

No âmbito do ponto anterior, o Sr. Vereador Tiago Carrão referiu que, no ponto anterior, o Sr. Presidente se mostrou muito aflito por perder trinta mil euros de receita para trezentas empresas e estas não sentiriam assim tanto; neste ponto, o Município abdica de cerca de trezentos mil euros, que aparentemente não farão tanta falta, mas o impacto nas famílias também não será muito; quem tem a responsabilidade de governar e conhece a situação financeira do Município é que sabe se está em condições de abdicar desta receita, mas, pessoalmente, tendo em conta a forma como governam e como gastam os dinheiros públicos, prefere o dinheiro esteja do lado das famílias.-----

Em resposta, o Sr. Presidente referiu que o efeito nas famílias não é efetivamente muito grande, mas é um contributo equitativo que chega a todos quantos pagam IRS, que querem manter, apesar do impacto que tem nas receitas municipais. -----

O Sr. Vereador Tiago Carrão referiu que as camadas economicamente mais desfavorecidas não pagam este imposto e poderá não ser a medida mais justa estar a devolver a quem tem rendimentos superiores. Salientou que, o ano passado, o então Chefe da Divisão Financeira alertava para o impacto da medida e a importância de analisar, em cada ano, a manutenção da redução, e questiona qual é análise que se faz da redução efetuada em dois mil e vinte e três, e qual é a opinião e estratégia do atual responsável político pelas finanças municipais em relação às contramedidas então propostas pelo referido dirigente, como a revisão das taxas municipais e a aplicação da taxa de turismo, como forma de balancear a perda de receita, por um lado, e arrecadar receita com outro tipo de impostos e taxas. -----

Em resposta, o Sr. Presidente referiu que consideraram a hipótese de aplicar a taxa turística, mas, feitas as contas, com uma taxa de um euro por dormida, arrecadariam, no máximo, uma receita até cem mil euros, o que, para já, não seria uma grande mais valia, sem



prejuízo de nova avaliação no próximo ano; no que se refere à revisão das taxas em geral, algumas precisam de ser revistas, nomeadamente no setor urbanístico; ao contrário da ideia que passa na comunidade, comparativamente com outros municípios da mesma dimensão, muitas vezes até são bastante mais baixas, e, noutros casos, nem existem; estando para ocorrer uma revisão profunda no sistema de licenciamento, a revisão do regulamento municipal de urbanização e edificação está suspensa e só depois de se concretizar fará sentido pegar no regulamento das taxas em geral porque são as do sector urbanístico que mais peso têm. -----

N.º 07 – TAXA MUNICIPAL DE DIREITOS DE PASSAGEM PARA O ANO 2024 -----

Foi presente proposta do Sr. Presidente submetendo a apreciação do Executivo Municipal proposta de aplicação da Taxa Municipal de Direitos de Passagem no ano 2024, nos termos e fundamentos das informações n.º 2175/2023 e n.º 2347/2023 da Divisão Financeira. -----

Deliberação tomada em minuta: A Câmara, tudo visto e analisado, homologando as referidas informações, deliberou propor à Assembleia Municipal a aplicação da taxa municipal de direitos de passagem no ano de 2024, e respetiva fixação em 0,25%, ao abrigo das disposições conjugadas da alínea b) do n.º 3 do artigo 169.º da Lei das Comunicações Eletrónicas, aprovada pela Lei n.º 16/2022, de 16 de agosto, e das alíneas ccc) do n.º 1 do artigo 33.º e b) do n.º 1 do artigo 25.º do regime jurídico das autarquias locais aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. -----

Esta deliberação foi tomada por unanimidade. -----

No âmbito do ponto anterior, o Sr. Vereador Tiago Carrão pediu informação sobre o valor arrecadado no ano anterior com esta taxa. -----

Em resposta, o Sr. Presidente referiu que desconhece com exatidão esse valor e dará indicação do mesmo a posteriori. -----

N.º 08 – DESCENTRALIZAÇÃO DE COMPETÊNCIAS NO DOMÍNIO DA SAÚDE – RATIFICAÇÃO DO AUTO DE TRANSFERÊNCIA -----

Foi presente proposta do Sr. Presidente submetendo a ratificação do Executivo Municipal o Auto de Transferência n.º 1_ARSLVT/046/2023, previsto no artigo 20.º do Decreto-Lei n.º 23/2019, de 30 de janeiro, e a sua submissão à Assembleia Municipal, nos respetivos termos e fundamentos. -----

Deliberação tomada em minuta: A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou ratificar o Auto de Transferência n.º 1_ARSLVT/046/2023 e submetê-lo à Assembleia Municipal, nos termos e para efeitos do respetivo ponto V. -----



Esta deliberação foi tomada por quatro votos a favor e três votos contra da Sra. Vereadora Maria de Lurdes Ferromau Fernandes e dos Srs. Vereadores Tiago Manuel Henriques Ferreira Carrão e Luís António Antunes Francisco, com a seguinte declaração de voto: “Os Vereadores do PSD consideram inaceitável a forma como um processo desta importância foi tratado pela governação socialista e, em particular, o desconhecimento demonstrado pelo Presidente da CMT em relação às diversas questões abordadas. -----

Desde logo, como é possível que o Auto de Transferência tenha sido assinado pela então Presidente da CMT em abril deste ano e só agora, mais de 7 meses depois, seja apresentado para ratificação, quando falta um mês para a sua operacionalização em janeiro de 2024? O que acontecerá ao Município de Tomar e à transferência de competências se a Assembleia Municipal não viabilizar?-----

A verdade é que fica a sensação que o Auto de Transferência foi assinado de cruz pela governação socialista, sem a negociação devida, à semelhança do que alguns Municípios ainda estão a fazer. -----

E, à data de hoje, a governação socialista é incapaz de confirmar se a verba transferida será suficiente para fazer face a estas novas competências, o que nos parece uma forma muito negligente de gerir. -----

Os Vereadores do PSD não podem, em boa consciência, aprovar este procedimento, pelo que votam contra.”. -----

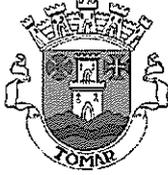
No âmbito do ponto anterior, o Sr. Presidente referiu que o Município foi colocando várias questões para ir adiando esta transferência de competências que, de acordo com a legislação, passaria a efetiva em março do corrente ano; o auto foi assinado, com o compromisso que seria ratificado pelos órgãos próprios, apesar de persistirem algumas dúvidas, nomeadamente em relação a um trabalhador que recebe um suplemento para lavagem de viaturas, que não existe na administração local e, de acordo com os serviços municipais, não se poderá pagar; à partida, o trabalhador que for transferido não pode perder os seus direitos, mas está por esclarecer se é o caso daquele subsídio, o que talvez fique claro na lista nominal dos trabalhadores transferidos que será publicada no Diário da República; neste momento, a questão da ratificação tem que ser resolvida até porque é suposto que, a partir de janeiro, o Município assumira os salários dos nove assistentes operacionais e um conjunto de responsabilidades nas extensões de saúde (rendas, água, luz, entre outras), para além da preparação das intervenções nalguns dos espaços, sendo a de maior monta a ampliação da Unidade de Saúde Familiar, na Nabância; em dois mil e vinte e três, o valor da transferência



regular é de quatrocentos e setenta e seis mil euros, sujeito a atualização anual com base na taxa da inflação e das variações previstas para as remunerações dos trabalhadores em funções públicas. Salientou que é uma área muito sensível, que muito preocupa as populações, para a qual, no geral, os municípios não estão familiarizados, para além de que se prevê a entrada em funcionamento das Unidades de Saúde Local, em janeiro, e se desconhece como é que estas matérias podem vir a ser afetadas pela entrada do Governo em gestão.-----

A Sra. Vereadora Lurdes Fernandes frisou que este auto foi assinado em abril e, estranhamente, não teve um percurso regular; os vereadores do PSD só tomaram conhecimento da sua assinatura em agosto, e para conhecer o seu conteúdo, tiveram que o solicitar, e de o requerer formalmente, mais do que uma vez; não foram envolvidos na negociação, como devia ter acontecido, e desconheciam, e ainda desconhecem, o procedimento e a forma como a Câmara foi gerindo o processo junto da entidade responsável até chegar a este conteúdo e a estes recursos financeiros; avaliando meramente o documento, ressaltam algumas questões que não são claras, algumas das quais já aqui referiu, nomeadamente quanto à posse dos edifícios onde funcionam as extensões de saúde, eventuais contratos existentes e sua natureza; acresce que não se sabe como estão os espaços e como se vão fazer, e com que enquadramento, as obras que eventualmente sejam necessárias; mesmo em relação aos edifícios da Unidade de Saúde Familiar de Marmelais, não é claro de quem é o espaço e como se vai ocupar. Tendo em conta que o Município vai assumir esta responsabilidade e que a resposta dos cuidados de saúde primários é importante para a população, sugeriu que pudesse ser agendada uma reunião para debater o futuro destas respostas e o envolvimento da Câmara, onde pudessem participar, eventualmente também com a presença dos Srs. Presidentes de Junta.-----

O Sr. Presidente referiu que janeiro trará grandes alterações e algumas incógnitas, nomeadamente sobre as Unidades Locais de Saúde e o seu funcionamento na articulação com o Município e com o Centro Hospitalar do Médio Tejo e esta sugestão vai de encontro à intenção de reunir com os responsáveis da saúde, reunião que poderá ter uma participação mais alargada e incluir os vereadores e os Presidentes de Junta. Reiterou que foi tentado retardar o mais possível a assunção desta responsabilidade, cuja transição definitiva a lei previa para março ou abril, mas, a determinada altura, foi dito à sua antecessora que Tomar era um dos poucos municípios que ainda não tinha aceite as competências e, se não tomasse essa decisão, iria ficar de fora dos municípios elencados para Bruxelas, perdendo a possibilidade de concorrer a futuros fundos, nomeadamente para as obras que viessem a ser



25

necessárias nestes espaços, e para a ampliação na Unidade de Saúde Familiar de Santa Maria dos Olivais, conforme estava concertado com o Agrupamento de Centros de Saúde do Médio Tejo (inicialmente, a opção era ampliar a Unidade de Marmelais, mas a avaliação técnica afastou essa possibilidade); por outro lado, pretendiam ter mais certezas e queriam o esclarecimento cabal de algumas dúvidas, sendo certo que, no que respeita ao estado dos edifícios, o Departamento de Obras Municipais fez um levantamento das necessidades em todas as extensões de saúde; já existiram algumas alterações nalgumas freguesias, e noutras o tempo irá obrigar a que venham a existir, no sentido de que mais importante do que ter uma extensão de saúde à porta de casa é que aquela a que se ocorre preste o melhor serviço possível e tenha um horário de funcionamento o mais alargado possível; alguns espaços são propriedade do Ministério da Saúde, a qual será transmitida para o Município, outros são alugados e outros emprestados. -----

A Sra. Vereadora Lurdes Fernandes referiu que, apesar do levantamento efetuado, haverá necessidade de reorganização de algumas respostas de saúde na área das freguesias, e alguns espaços deixarão de ter condições para a prestação dos serviços, e será necessário mais investimento. -----

Em resposta, o Sr. Presidente referiu que vão ter que fazer essa reflexão, implementar as alterações que venham a ser consideradas adequadas e encontrar as verbas necessárias, sendo certo que a verba que está definida no auto se destina à manutenção dos espaços existentes. -----

O Sr. Vereador Tiago Carrão referiu que a palavra chave que caracteriza este processo é incógnitas, para além de revestir alguns aspetos quase inaceitáveis: são chamados a ratificar um auto sete meses depois da sua assinatura, sem que se explique porquê e onde andou, ainda sujeito a ratificação do órgão deliberativo; a maioria que detêm dá a segurança da ratificação no órgão executivo, mas não no órgão deliberativo, sem que se conheçam os efeitos de uma eventual não ratificação. Salientou que, na reunião de dezassete de abril, questionou a Sra. Presidente sobre esta questão e a resposta foi que tinha acabado de receber uma nova proposta que, aparentemente, ainda não seria bem aquilo que devia ser e iria avaliar melhor; a vinte e oito de abril, assinou o auto, mas só o vieram a saber em agosto, no âmbito de um protocolo a estabelecer com a Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo em relação à USCP de Tomar, que foi assinado sem o auto estar ratificado pelos órgãos autárquicos; parece que, até determinada altura, foi retardada a assinatura do auto e tentada a negociação, e depois se quis despachar o assunto, mas não lhe parece que os



interesses do Município tenham sido salvaguardados; há municípios que ainda não assinaram precisamente porque reivindicam melhores condições para exercer as competências e, em Tomar, a grande incógnita é se os quatrocentos e setenta e seis mil euros são suficientes, e preocupa que, aparentemente, nem o Sr. Presidente saiba a resposta.-----

Em resposta, o Sr. Presidente sublinhou que, em abril, a sua antecessora foi confrontada com a questão de Portugal estar no deadline para dar indicações a Bruxelas e ficarem de fora de futuros fundos os municípios que não tivessem assinado o auto, sendo certo que, na generalidade dos municípios, só o Presidente da Câmara assinou, e Tomar foi o único Município onde ficou expressa a necessidade de ratificação por parte dos órgãos autárquicos; não serão muitos os municípios que ainda não assinaram e que vão ter que descobrir como vão resolver a situação; pretendiam que tudo estivesse cabalmente explicado antes de submeter o auto aos órgãos e, até certo momento, também negociar um pouco mais de verba, mas, nesta altura, entendeu que não podia deixar passar mais tempo, nem protelar para o próximo ano, até porque, em janeiro, assumem determinadas responsabilidades, desde logo o pagamento de salários aos nove trabalhadores e os compromissos contratuais, o que julga não ser possível se a Assembleia Municipal viesse a não ratificar o auto.-----

O Sr. Vereador Luís Francisco referiu que fica um pouco entristecido com toda a situação, ainda por cima com o ónus de, em janeiro, se a Assembleia Municipal não aprovar, poder não haver pagamento de salários e outros compromissos, sendo certo que a responsabilidade é de quem conduziu o processo e assinou o auto. Salientou que, quando se assina um documento, se firma um compromisso com a outra parte e se perde a capacidade de negociação, mas o que é mais relevante é o facto de as eventuais incógnitas e dúvidas que possam persistir não constarem do processo; o auto de transferência é o documento central, mas devia haver documentação que indicasse qual foi a proposta inicial, que levantamentos e análises foram efetuadas, e por quem, e quais as questões que foram levantadas, e, por outro lado, que estivesse indicado o que se prevê e se quer para o concelho nesta área da saúde porque é necessário haver proatividade e falha-se grandemente por não ter planos, ou os mesmos não serem dados a conhecer.-----

Em resposta, o Sr. Presidente referiu que a negociação existiu até abril, quando foi dito que quem não assinasse o auto, igual para todos em termos de princípios, ficaria de fora do financiamento; seria muito pior para o território ficar sem possibilidade de aceder a fundos para a melhoria das instalações e seria altamente prejudicial não ter uma gestão mais próxima nestas matérias; queriam, e procuraram, esclarecer as dúvidas antes de o submeter a



ratificação, nomeadamente aquela que referiu; o plano, o trabalho, o pensamento sobre como se vai reorganizar a saúde no concelho é impossível nesta fase e será feito no futuro, também para os outros municípios. -----

DIVISÃO DE ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS: -----

N.º 09 – LICENCIAMENTO DE PUBLICIDADE OCASIONAL – Associação Cultural, Recreativa e Social da Venda Nova-----

Foi presente proposta do Sr. Presidente submetendo a ratificação do Executivo Municipal o despacho que autorizou a distribuição de publicidade alusiva a atividade de karaoke pela Associação Cultural Recreativa e Social da Venda Nova, nos termos e fundamentos da informação n.º 5512/DAJA/2023.-----

Deliberação tomada em minuta: A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou ratificar o despacho n.º 1734/DAJA/2023, de 23 de novembro, ao abrigo do n.º 3 do artigo 35.º do regime jurídico das autarquias locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. -----
Esta deliberação foi tomada por unanimidade.-----

Terminados os trabalhos, sendo onze horas e cinquenta e cinco minutos, o Sr. Presidente declarou, em nome da Lei, encerrada a reunião.-----

Para constar se lavrou a presente ata, que eu, Avelina Maria Lopes Leal, Coordenadora Técnica, designada para o efeito pelo despacho 25/2015 da senhora Presidente da Câmara Municipal, de 25 de fevereiro, mandei escrever e subscrevo.---

